



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2013

São Paulo, 2014

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do Conselho Federal de Psicologia.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão – CRP-06

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE
 - 1.1. Identificação da Entidade
 - 1.2. Normas Relacionadas à Criação das Unidades Agregadora e Agregadas
 - 1.3. Finalidade e Competências Institucionais da Entidade Jurisdicionada
 - 1.4. Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas
2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS
 - 2.1. Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da unidade
 - 2.2. Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos traçados para o exercício
 - 2.3. Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados no exercício
 - 2.4. Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO
 - 3.1. Estrutura de governança da entidade
 - 3.2. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade
 - 3.3. Remuneração paga aos Conselheiros e membros da Diretoria
 - 3.4. Demonstração da atuação da unidade de Auditoria Interna
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
 - 4.1. Demonstração da Receita
 - 4.2. Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira
 - 4.3. Informações sobre as transferências de recursos realizadas no exercício de referencia
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS
 - 5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da entidade
6. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS
 - 6.1. Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU
 - 6.2. Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento
 - 6.3. Tratamento das recomendações feitas pela auditoria interna ou por força de normativo tenha competência para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária ou operacional, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento
7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS
 - 7.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pela Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
 - 7.2. Demonstrações Contábeis
 - 7.3. Relatório da auditoria independente
8. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO
 - 8.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE

1.1. Identificação da Entidade
Nome: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06
CNPJ: 37.115.433/0001-00
Natureza Jurídica: Autarquia Federal
Endereço Postal: Rua Arruda Alvim, 89 Jardim América, Cep: 05410-020, São Paulo - SP
Telefones: (11) 3065-9494 – Fax: (11) 3061-0360
Endereço da página da Internet: www.crp.org.br
Endereço do Correio Eletrônico Institucional: gerencia@crp.org.br
1.2. Normas Relacionadas à Criação das Unidades Agregadora e Agregadas
Lei Ordinária: 5.766/71
Decretos: n.º 79.822/77
Resoluções: CFP n.º 01/74, CFP n.º 014/98, CFP n.º 18/00, CFP n.º 0016/2001
Manuais e Publicações relacionadas às Atividades da Unidade: Normas e Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis – Resolução CFP n.º 010/2007. Regimento Interno – Resolução CFP n.º 0016/2001.
1.3 Finalidade e Competências Institucionais da Entidade Jurisdicionada
<u>DA NATUREZA E DOS FINS.</u>
<p>Art. 1º - O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei nº. 5.766, de 20 de dezembro de 1971, tem como finalidade fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo, competindo-lhe orientar, disciplinar e zelar pela fiel observância dos princípios éticos -profissionais, e contribuir para o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência e profissão.</p> <p>Parágrafo único – O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, quando necessário, poderá, através de Resolução própria, criar Seções ou Subsedes, de acordo com o disposto na Resolução CFP n.º 014/98, ou outra que venha a lhe substituir, devendo comunicar ao CFP.</p>
<p>Art.2º - O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região tem sede na cidade de São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo, conforme fixado na Resolução CFP n.º 01/74, de 30 de abril de 1974, possuindo Seções, que neste Regimento são denominadas Subsedes, nas regiões de Assis (Assis), Bauru (Bauru), Campinas (Campinas), Grande ABC (Santo André), Ribeirão Preto (Ribeirão Preto), Santos (Santos), São José do Rio Preto (S. J. do Rio Preto), Sorocaba (Sorocaba), e Vale do Paraíba (Taubaté).</p>
<u>DAS COMPETÊNCIAS</u>
<p>Art.3º - O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região tem como atribuições, além de outras contidas na legislação pertinente ou as que lhe forem conferidas pelo Conselho Federal de Psicologia:</p>
<p>I – adotar as medidas e procedimentos necessários à permanente orientação, disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Psicólogo;</p> <p>II – adotar medidas e procedimentos para preservação do livre exercício da profissão de Psicólogo bem como o respeito às suas prerrogativas e direitos profissionais;</p> <p>III – executar os serviços concernentes ao registro profissional dos Psicólogos, realizando as inscrições e cancelamentos de registros, expedindo aos inscritos Carteira de Identidade Profissional;</p> <p>IV – funcionar como tribunal regional de ética profissional;</p> <p>V – servir de órgão consultivo ao Governo e às instituições públicas e privadas, em matéria de Psicologia;</p> <p>VI – elaborar proposta orçamentária anual, submetendo-a à apreciação do Conselho Federal de Psicologia;</p> <p>VII – encaminhar, anualmente, a prestação de contas ao Conselho Federal de Psicologia, para os fins determinados em lei;</p>

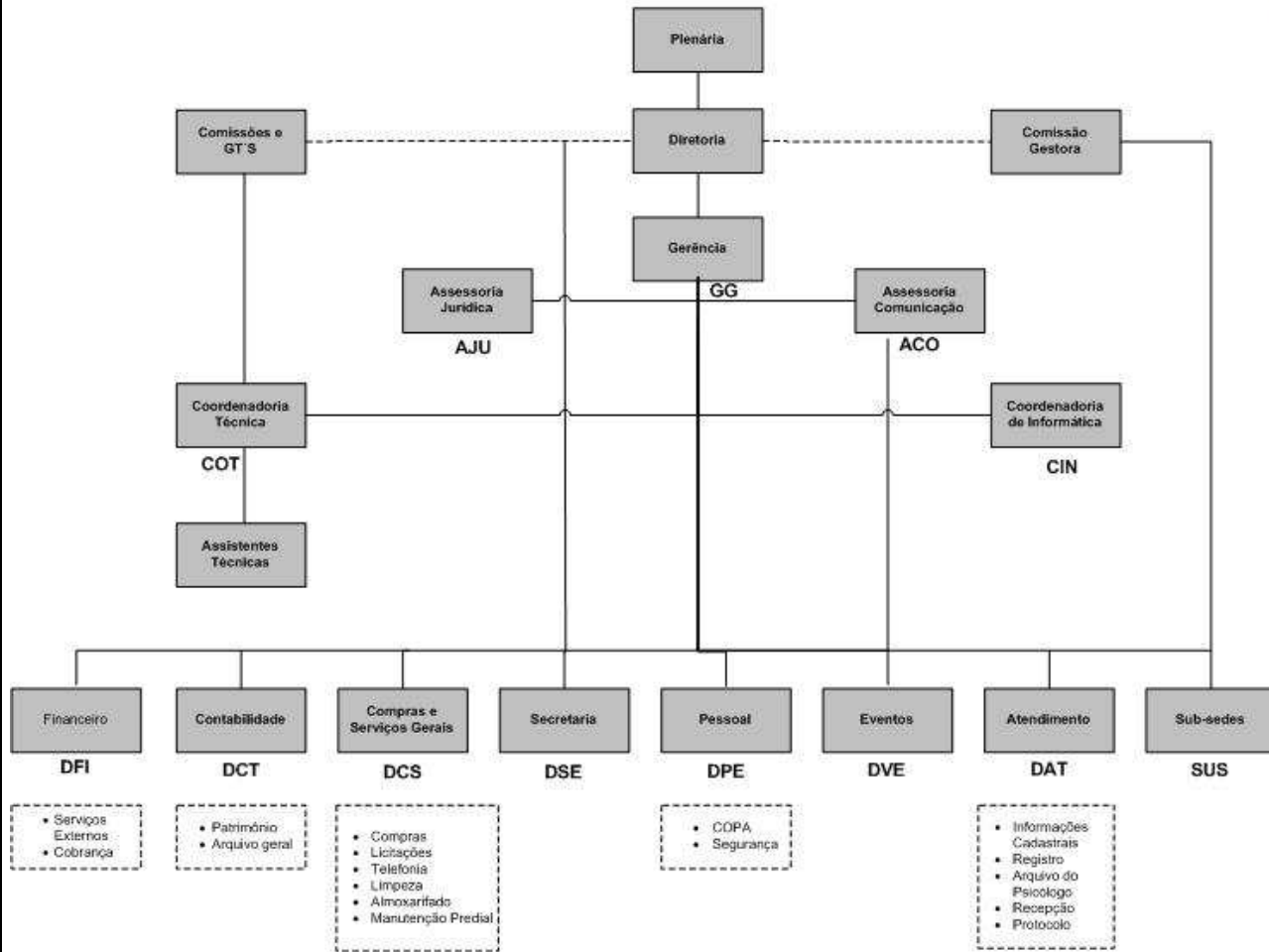
- VIII** – encaminhar, anualmente, ao Conselho Federal de Psicologia, relatório geral de suas atividades;
- IX** – eleger, dentre os Conselheiros, delegados à Assembléia de Delegados Regionais de que tratam os arts. 19 a 21 da Lei n.º 5.766/71; e à Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF de que trata o Art.24, do Regimento Interno do CFP
- X** – sempre que necessário, providenciar as medidas para instalação da Assembléia Geral dos Psicólogos inscritos na Região;
- XI** – eleger a sua Diretoria;
- XII** – conceder licenças a seus membros e apreciar renúncias;
- XIII** – julgar o comportamento funcional de seus membros e impor-lhes sanções, quando for o caso, sem prejuízo de outras sanções previstas em leis;
- XIV** – arrecadar anuidades, taxas e demais rendimentos que lhe compete, promovendo o repasse da arrecadação ao Conselho Federal de Psicologia, na forma da lei e das normas internas da autarquia;
- XV** – expedir os atos normativos necessários ao pleno desempenho das atribuições que lhe compete, em consonância com as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

1.4. Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas



Organograma

Revisado em Março 2007



2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. Descrição sucinta do planejamento estratégico ou plano de ação da unidade

PLANO DE AÇÃO (TRABALHO)

O plano de ação ou trabalho, que é base para o Orçamento Contábil foi estruturado a partir de um Planejamento Estratégico realizado entre novembro de 2.012 a março de 2.013 com a participação dos conselheiros efetivos, suplentes e membros das comissões gestoras das subseções. O planejamento estratégico foi organizado de forma a contemplar as ações políticas gerais em 5 grandes Projetos Integradores. Para cada projeto foram orçados valores a partir das ações a serem realizadas no decorrer de 2.013. Para cada projeto integrador foram estabelecidas verbas orçamentárias iguais:

DESAFIOS	Orçado (R\$)	Realizado (R\$)
Projeto 1 – Interfaces com a Justiça	180.389	42.267
Projeto 2 – Mundo do Trabalho	180.389	19.756
Projeto 3 – Democratização e Participação	180.389	60.057
Projeto 4 – Medicalização, Judicialização e Patologização da vida	180.389	94.194
Projeto 5 – Proposições para Políticas Públicas	180.389	87.892

Estes projetos que foram desdobrados em 65 ações na Sede, entre eventos, fóruns, debates, rodas de conversas e encontros temáticos atraindo um público ao redor de 9.000 pessoas. Destaca-se também a participação do CRP 06 junto aos Conselhos de Saúde e Órgãos de Controle Social. O CRP 06, também, gerou e levou informação às psicólogas e psicólogos e a Sociedade como um todo através de:

Jornal Psi - Tiragem de 78.000 exemplares com edição bimestral

Boletim Eletrônico - 19 boletins

Informativo Eletrônico - 25 informativos

Programas Diversidade - 4 programates via you tube

Manutenção do Fichário com toda a legislação da Profissão, distribuído a todos os psicólogos e psicólogas inscritas.

Transmissão ao vivo através da TV WEB – CRP

Disponibilidade de acesso as psicólogas e psicólogos ao CEDOC – Centro de Documentação do CRP SP

PLANO DE AÇÃO (TRABALHO) DAS SUBSEDES

O plano de ação e orçamento contábil prevê uma dotação de verba para cada subseção para que estas organizem suas ações políticas, levando em consideração as diretrizes e do planejamento estratégico, possibilitando desta forma uma autonomia política e financeira. O valor alocado para cada subseção é de acordo com a quantidade de psicólogas e psicólogos inscritos na base de cada região da subseção, conforme demonstramos:

Subseções de:	Orçado (R\$)	Realizado (R\$)
Assis	26.142	22.103
Bauru	35.313	15.763
Campinas	71.440	14.700
Ribeirão Preto	44.145	23.238
São José Rio Preto	27.573	17.393
Santo André	32.444	18.690
Santos	37.376	27.336
Taubaté	36.570	14.607
Sorocaba	29.319	13.782
Total	340.322	167.612

As ações planejadas pelas Comissões Gestoras das subsedes seguiram, via de regra, a mesma temática dos 5 projetos integradores. Também as subsedes realizam ações pontuais visando ampliar a participação do CRP 06 nas suas regiões. No decorrer de 2.013 as 09 (nove) subsedes do CRP 06 realizaram cerca de 158 ações entre eventos, debates, roda de conversa, conversando sobre, vídeo clube, seminários, palestras e fóruns, atingindo um público próximo a 9.000 pessoas.

2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos traçados para o exercício	
Metas	Ações propostas
PROJETO INTEGRADOR I	
Interfaces com a Justiça:	Roda de conversa na região oeste
	Fórum de Acolhimento
	Encontro com enfoque no psicólogo trabalhador
	Orientação sobre produção de documentos
	Mesa redonda sobre mulher encarcerada
	Oficina com multiplicadores
	Reuniões do Projeto Integrador: Interface com a Justiça
PROJETO INTEGRADOR II	
Mundo do Trabalho:	Fórum Regional de Saúde Mental e Trabalho do ABC
	Criação do Fórum Estadual de saúde Mental e Trabalho
	CT do Mundo do Trabalho
	Seminário Estadual Psicologia e Trabalho
	Apresentação de marcos da pesquisa CREPOP
	Consulta pública CREPOP
	Roda de conversa sobre novas formas de organização e gestão do trabalho
	Roda de conversa sobre psicologia do esporte nas subseções
	Reuniões do Projeto Integrador: Mundo do Trabalho
PROJETO INTEGRADOR III	
Democratização e Participação:	Planejamento Administrativo
	GT ampliado de Comunicação
	Percurso da Clínica
	Vídeo Psicologia Social
	Posicionamentos sobre: criança, mídia e diversidade sexual e mídia e gênero
	Seminário Diversidades Epistemológicas Não-Hegemônicas e Práticas Integrativas
	Livro sobre Comissão da Verdade
	Escuta especial aos psicólogos sobre vivência na ditadura
	Curso de extensão sobre Psicologia e Povos Indígenas-apoio
	1º Encontro Nacional de Estudantes Indígenas - apoio

Metas	Ações propostas
	Indígenas no contexto urbano
	Evento da América Latina
	Reuniões do Projeto Integrador: Democratização e Participação
PROJETO INTEGRADOR IV	
Medicalização Patologização e Judicialização da Vida:	Produção de material para publicizar
	Ação conjunta LGBT
	Seminário sobre processo transexualizador
	Seminário Internacional de Medicalização
	Seminário Psiquiatrização dos Conflitos no Sistema Juvenil
	Reuniões com entidades sobre patologização
	Rodas de conversa sobre aborto
	Cartilha Medicalização
	Cartilha sobre diversidade sexual
	Reprodução de material sobre medicalização
	Folder sobre Medicalização
	CD sobre “Recomendações da Educação e Saúde”
	Cura Gay
	Reuniões do Projeto Integrador : Medicalização, Patologização e Judicialização da Vida
PROJETO INTEGRADOR V	
Proposições para Políticas Públicas:	Oficina controle social
	Encontro Estadual de Trabalhadores do SUAS
	Formação do comitê estadual de combate à Homofobia
	Congresso do COSEMS
	Cartilha popular sobre controle social
	Caderno temático sobre preconceito racial
	Evento sobre racismo
	Reedição de publicações do CRP - educação
	Evento sobre educação inclusiva
	Implementação do Comitê Estadual de Combate a Tortura

2.2 Informações sobre as ações adotadas pela entidade para atingir os objetivos estratégicos traçados para o exercício	
Metas	Ações propostas
	Inspeção nacional de DH
	Publicação do CRP – álcool e drogas
	Semana da Luta Antimanicomial
	Debate sobre assistência na rede
	Seminário: Clínica da Reforma Psiquiátrica
	CT Centro de convivência
	Lançamento de documentos de referência CREPOP
	Seminário Regional sobre Políticas Públicas
	Divulgação dos documentos CREPOP
	Internação Compulsória
	Reuniões do Projeto Integrador : Proposições para Políticas Públicas

2.3. Demonstrações e contextualização dos resultados alcançados no exercício

a) O Planejamento da entidade e suas competências legais:

O planejamento estratégico é feito para 03 anos.
Quando há o início de gestão, é ajustado nos respectivos planejamentos anuais.
Vide 2.1 anterior.

b) A representatividade dos resultados alcançados frente às demandas e/ou aos processos em tramitação no âmbito da Entidade:

Os resultados alcançados em 2013 e traçados do planejamento estratégicos tiveram os seguintes resultados:

1. Construímos ao menos duas pactuações com os (as) psicólogos (as) que atuam na interface com a justiça visando o compromisso com novas formas de promoção e garantia de direitos para os usuários;
2. Pautamos pelo menos duas áreas de interface do Sistema Conselhos de Psicologia na interlocução com os atores do sistema de justiça;
3. Ampliamos os espaços de diálogo e ações conjuntas efetivas com os (as) usuários (as) do sistema de justiça sobre o acesso e violação dos direitos;
4. Participamos de pelo menos um espaço de articulação e mobilização pelo trabalho decente no estado de São Paulo, contribuindo com a discussão da saúde do (a) trabalhador (a);
5. Evidenciamos pelo menos três formas de organização e gestão do trabalho comprometidas com o enfrentamento das desigualdades sociais;
6. Foi produzida uma minuta técnica sobre o exercício profissional e condições/relações de trabalho do (a) psicólogo (a), envolvendo as instituições parceiras;
7. Otimizamos a estrutura organizacional visando à eficiência e à eficácia das ações ordinárias;
8. Implementamos processos internos, que levaram à melhoria do clima organizacional do CRP;
9. A partir de método/agenda diversificados, foi aumentada a participação de áreas/campos de atuação de psicólogos (as) nos espaços de construção das posições do Sistema Conselhos;
10. Envolvemos o legislativo para chamamento de audiências públicas na ALESP sobre medicalização, judicialização e patologização da vida;
11. Evidenciamos os posicionamentos do CRP SP quanto à medicalização, judicialização e patologização em pelo menos cinco meios de comunicação internos e externos;
12. Foram ampliados campos de influência em políticas em pelo menos dois temas eleitos pelo Sistema Conselhos;
13. Elaboramos e publicizamos pelo menos seis posicionamentos, de forma propositiva, a partir da Psicologia e dos direitos humanos, frente a pelo menos as políticas públicas de saúde, de assistência, de educação e de direitos humanos;
14. Atendemos as demandas consideradas relevantes do Ministério Público, dos conselhos de gestão pública e dos movimentos sociais em até três meses.

c) A tempestividade das ações empreendidas:

Os prazos estabelecidos foram cumpridas não havendo nenhuma situação anormal.

d) Disfunção estrutural ou situacional que tenha prejudicado ou inviabilizado o alcance dos objetivos e metas bem como as medidas adotadas para tratar as causas do insucesso:

Não houve nenhuma disfunção estrutural que prejudicou desempenho.

e) Os fatores que tenham contribuído para ao alcance ou superação das metas estabelecidas:

O rígido controle orçamentário e a estrutura possibilitou o alcance das metas estabelecidas.

2.4. Indicadores utilizados pela entidade para monitorar e avaliar a gestão

O CRP-06 busca manter um controle rígido sobre suas ações através de um centro de custo que fornece dados semanais de desempenho e custeio como segue:

EXERCÍCIO DE 2013

CENTRO DE CUSTO	ORÇADO	EFETIVO	VARIAÇÃO
Pessoal Civil	10.054.420	9.984.336	-0,70%
Apoio Funcional	3.839.117	3.524.072	-8,21%
Investimentos e Inversões	12.200.180	1.224.985	-89,96%
Apoios em Parcerias	41.000	73.008	78,07%
Ações Comunicação	565.000	800.278	41,64%
Ações da Gestão	2.135.648	2.053.536	-3,84%
Projeto Integrador I	180.389	42.267	-76,57%
Projeto Integrador II	180.389	19.498	-89,19%
Projeto Integrador III	180.389	60.057	-66,71%
Projeto Integrador IV	180.389	94.194	-47,78%
Projeto Integrador V	180.389	87.892	-51,28%
Projetos das Subsedes	370.322	167.612	-54,74%

TOTALIZADOR	30.107.632	18.131.735	-39,78%
--------------------	-------------------	-------------------	----------------

O rígido controle orçamentário indica que as despesas não excederam ao orçamento sendo este um indicador de gestão administrativa

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança da entidade no Regimento Interno da autarquia e demonstrando no organograma da entidade e legislação abaixo.

O Conselho é composto pelos seguintes órgãos:

I – Plenário

II – Diretoria

III – Comissões Permanentes (Orientação e Ética(COE), Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) e Comissões das Susbedes.

IV – Congressos

V - Assembléias

3.2. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade

Rol dos Responsáveis

Nome: Carla Biancha Angelucci

CPF 153.289.608-58

Endereço Residencial: Rua Capote Valente, 392 – Apto. 01 – Pinheiros

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 05409-001

Fones: (RES) (11) 3854-5731 / (CEL) (11) 99172-1257 / (TRAB) (11) 3062-5332

Fax:

E mail: bianchaangelucci@gmail.com

Cargo ou Função: Presidente

Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				1º/01/2013	12/04/2013
				28/08/2013	26/09/2013

Nome: Maria de Fátima Nassif

CPF: 007.993.478-17

Endereço Residencial: Rua Abilio Soares, 989 – Apto. 61 C – Paraíso

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 04005-003

Fones: (RES) (11) 3885-2072 / (CEL) (11) 98222-4318 / (TRAB) (11) 2763-8186

Fax:

E mail: fatnassif@gmail.com

Cargo ou Função: Presidente

Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				13/04/2013	27/08/2013

Nome: Elisa Zaneratto Rosa

CPF: 261.788.748-04

Endereço Residencial: Rua Gabriel Piza, 636, Apto 114, Santana

Cidade: São Paulo

UF: SP

CEP: 02036-011

Fones: CEL: (11) 99294-8445

Fax:

E mail: elisazr@yahoo.com.br

Cargo ou Função: Presidente

Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):

Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				27/09/2013	31/12/2013

Nome: Maria de Fátima Nassif			CPF: 007.993.478-17		
Endereço Residencial: Rua Abilio Soares, 989 – Apto. 61 C – Paraíso					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 04005-003	
Fones: (RES) (11) 3885-2072 / (CEL) (11) 98222-4318 / (TRAB) (11) 2763-8186		Fax:		E mail: fatnassif@gmail.com	
Cargo ou Função: Vice-Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				1º/01/2013	12/04/2013
				28/08/2013	26/09/2013

3.2. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade

Nome: Fernanda Bastos Lavarello			CPF: 302.314.168-14		
Endereço Residencial: Rua José Benedito Salinas, 68 – Apto. 142 A – Jd. Marajoara					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 05018-001	
Fones: (CEL) (11) 99245-0494 / (TRAB) (11) 6470-0785		Fax:		E mail: felavarello@uol.com.br	
Cargo ou Função: Vice-Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				13/04/2013	23/06/2013

Nome: Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini			CPF: 087.166.558-18		
Endereço Residencial: Rua Eduardo Faizano, 60 - Vila Homero					
Cidade: Indaiatuba		UF: SP		CEP: CEP: 13338-730	
Fones: (RES) (19) 3312-0046 / (CEL) (19) 99157-0504 / (TRAB) (19) 3266-8006		Fax:		E mail: carumora@gmail.com	
Cargo ou Função: Vice-Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				24/06/2013	27/08/2013

Nome: Maria Ermínia Ciliberti			CPF: 082.052.038-14		
Endereço Residencial: Rua Nico Branco, 92, Vila Campesina					
Cidade: Osasco		UF: SP		CEP: 06023-050	
Fones: RES: (11) 3681-0746 / TRAB: (11) 3397-8290 / CEL: (11) 99955-5703		Fax:		E mail: mariaerminia_ciliberti@yahoo.com.br	
Cargo ou Função: Vice-Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				27/09/2013	31/12/2013

Nome: Gabriela Gramkow			CPF: 885.604.811-68		
Endereço Residencial: Rua Barão do Bananal, 1282 – Apto. 131 – Vila Pompéia					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 05024-000	
Fones: (RES) (11) 2889-8959 / (CEL) (11) 98456-8610			Fax:		E mail: gabigkw@hotmail.com
Cargo ou Função: Tesoureira					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				1º/01/2013	22/03/2013

3.2. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade					
Nome: Leandro Gabarra			CPF: 282.252.198-05		
Endereço Residencial: Rua Appa, 1707 – Vila Monte Alegre					
Cidade: Ribeirão Preto		UF: SP		CEP: 14051-060	
Fones: (RES) (16) 3630-4887 / (CEL) (16) 98177-8178			Fax:		E mail: lgabarra@hotmail.com
Cargo ou Função: Tesoureiro					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				23/03/2013	26/09/2013

Nome: Adriana Eiko Matsumoto			CPF: 263.985.108-01		
Endereço Residencial: Rua Oscar Freire, 2121, Apto. 402, Pinheiros					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 05006-011	
Fones: TRAB: (11) 3798-9265 / CEL: (11) 99144-6039			Fax:		E mail: drieiko@yahoo.com.br
Cargo ou Função: Tesoureira					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				27/09/2013	31/12/2013

Nome: Luís Fernando de Oliveira Saraiva			CPF: 305.671.858-93		
Endereço Residencial: Rua José de Andrade Moraes, 507 – Jardim Adalgisa					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 05386-020	
Fones: (RES) (11) 3815-7656 / (CEL) (11) 99685-7985			Fax:		E mail: luisfos@uol.com.br
Cargo ou Função: Secretário					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	

Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				01/01/2013	22/03/2013
				28/08/2013	31/12/2013

3.2. Relação dos principais dirigentes e membros da unidade

Nome: Ana Ferri de Barros			CPF: 311.057.828-08		
Endereço Residencial: Rua Dr. Cesário Mota Júnior, 359 – Apto. 01 – Vila Buarque					
Cidade: São Paulo		UF: SP		CEP: 01221-020	
Fones: (RES) (11) 3294-3452 / (CEL) (11) 98133-5608 / (TRAB) (11) 3362-2361		Fax:		E mail: ana_ferri@hotmail.com	
Cargo ou Função: Secretária					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				23/03/2013	23/06/2013

Nome: Maria Orlene Daré			CPF: 711.909.108-53		
Endereço Residencial: Rua Professor Gerson Rodrigues, 6-45 – Apto. 23 – Vila Cidade Universitária					
Cidade: Bauru		UF: SP		CEP: 17012-535	
Fones: (RES) (14) 3227-1392 / (CEL) (14) 99715-1268		Fax:		E mail: mariaorlene@yahoo.com.br	
Cargo ou Função: Secretária					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010):					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
				24/06/2013	27/08/2013

Relação de Conselheiros

Nome:	Função:	Mandato:
Ana Ferri de Barros	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 08/08/2013 (Triênio 2010-2013)
Carla Biancha Angelucci	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Fabio Souza dos Santos	Conselheiro efetivo	25/09/2010 a 24/02/2012 (Triênio 2010-2013)
Fernanda Bastos Lavarello	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)

Gabriela Gramkow	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Graça Maria de Carvalho Camara	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Janaína Leslão Garcia	Conselheira efetiva	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Joari Aparecido Soares de Carvalho	Conselheiro efetivo	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Leandro Gabarra	Conselheiro efetivo	25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Luis Fernando de Oliveira Saraiva	Conselheiro suplente	de 25/09/2010 a 24/02/2012 (Triênio 2010-2013)
	Conselheiro efetivo	de 25/02/2012 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Maria de Fátima Nassif	Conselheira efetiva	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Mariângela Aoki	Conselheira efetiva	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Maria Orlene Daré	Conselheira efetiva	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Patrícia Unger Raphael Bataglia	Conselheira efetiva	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Teresa Cristina Lara de Moraes	Conselheira efetiva	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Alacir Villa Valle Cruces	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 08/08/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira efetiva	de 09/08/2013 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)

Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo	Conselheiro suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
José Ricardo Portela	Conselheiro suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Leonardo Lopes da Silva	Conselheiro suplente	Afastado em 10/02/2011 (Triênio 2010-2013)
Lilian Martins da Silva	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Luiz Eduardo Valiengo Berni	Conselheiro suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Luiz Tadeu Pessutto	Conselheiro suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Makilim Nunes Baptista	Conselheiro suplente	Afastado em 10/06/2011 (Triênio 2010-2013)
Marília Capponi	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Marly Fernandes dos Santos	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Rita de Cássia Oliveira Assunção	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Roberta Freitas Lemos	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini	Conselheira suplente	de 25/09/2010 a 26/09/2013 (Triênio 2010-2013)
Teresa Cristina Endo	Conselheira suplente	Afastada em 14/05/2012 (Triênio 2010-2013)
Adriana Eiko Matsumoto	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Ana Paula Porto Noronha	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Aristeu Bertelli da Silva	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Elisa Zaneratto Rosa	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Guilherme Luz Fenerich	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)

Ilana Mountian	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
José Agnaldo Gomes	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Maria Ermínia Ciliberti	Conselheira efetiva	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Moacyr Miniussi Bertolino Neto	Conselheiro efetivo	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Ana Maria Falcão de Aragão	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Bruno Simões Gonçalves	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Camila de Freitas Teodoro	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Dário Henrique Teófilo Schezzi	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Gustavo de Lima Bernardes Sales	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Jonathas José Salathiel da Silva	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Lívia Gonsalves Toledo	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Maria das Graças Mazarin de Araújo	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Regiane Aparecida Piva	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Sandra Elena Spósito	Conselheira suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Sergio Augusto Garcia Júnior	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)
Silvio Yasui	Conselheiro suplente	de 26/09/2013 a 26/09/2016 (Triênio 2013-2016)

3.3. Remuneração paga aos Conselheiros e membros da Diretoria

Os Conselheiros e membros de Diretoria ocupam cargos honoríficos, não fazendo jus a remuneração.

DIÁRIAS

DESPESAS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
AJUDA DE CUSTO DE CONSELHEIROS	3.101,02	4.010,74	8.537,00	2.333,94	7.139,80	3.495,32		6.115,52	3.899,08	4.726,38	6.726,72	7.551,93	57.637,45
AJUDA DE CUSTO DA COMISSÃO GESTORA	24.560,53	36.811,82	53.705,81	25.502,53	64.450,65	44.393,53		78.946,76	35.548,61	43.040,98	40.792,98	31.942,91	479.697,11
AJUDA DE CUSTO REPRESENTANTE	14.947,39	9.623,92	11.324,55	5.489,34	18.828,09	6.018,18		14.211,58	6.975,01	6.648,24	2.120,86	10.806,08	106.993,24
AJUDA DE CUSTO PLENARIA ORDINARIA	4.076,59	1.075,26	3.425,80	4.499,53	9.064,64	4.914,42		9.816,40	784,80	9.731,25	4.254,60	12.454,92	64.098,21
JETOM	10.530,00	10.692,00	8.586,00	8.100,00	11.988,00	12.150,00	14.418,00	15.390,00	16.041,00	5.190,00	12.283,00	13.321,00	138.689,00
AJUDA DE CUSTO DA COMISSÃO ELEITORAL		1.636,00	3.125,60	6.164,92	11.610,20	8.827,20	2.245,04	16.162,05	17.663,14				67.434,15
DIÁRIAS DE REPRESENTANTES (Fora Estado)	287,00	575,00	4.414,00	1.202,69	672,00			2.688,00	1.823,00	820,00			12.481,69
DIARIAS DE CONSELHEIROS (fora Estado)			287,00		4.651,02	3.760,80		384,00	3.233,00	1.049,00	1.071,00		14.435,82
DIARIAS DE COMISSÃO GESTORA (fora Estado)					672,00	1.560,41		1.371,48	791,00	480,00		307,50	5.182,39
AJUDA DE CUSTO DE PLENARIA ETICA	1.879,82	3.294,87	3.415,88	1.847,85	3.580,20	2.385,40		12.435,17	5.076,36	8.848,90	1.814,64	4.212,00	48.791,09
DIARIAS DE DESLOCAMENTO COMISSÃO GESTORA													0,00
SOMA DE DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO/JETOM	59.382,35	67.719,61	96.821,64	55.140,80	132.656,60	87.505,26	16.663,04	157.520,96	91.835,00	80.534,75	69.063,80	80.596,34	995.440,15

RESOLUÇÃO CRP Nº. 001/02 **DE 16 DE FEVEREIRO DE 2002**

COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1156ª DE 30/01/2004
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1169ª DE 07/05/2004
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1335ª DE 11/08/2007
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 079/08, DE 16/09/2008
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 084/09, DE 1º/09/2009
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 067/10, DE 20/09/2010
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 042/11, DE 14/09/2011
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 044/12, DE 17/09/2012
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP Nº 037/13, DE 16/09/2013

Dispõe sobre os valores de diárias, ajuda de custo e jetons, a serem praticados pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO – CRP-06, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o que dispõe os artigos 79, 80, 81, 82 da Consolidação das Resoluções do CFP (Resolução CFP nº. 003/2007);

CONSIDERANDO os custos decorrentes de atividades realizadas a serviço do CRP-6ª Região;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em sessão 1335ª realizada no dia 11 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Diária

Art. 1º - Entende-se como diária, o valor destinado ao ressarcimento de despesas com alimentação, transporte urbano e estacionamento, devido a Conselheiro, Componentes de Comissão Gestora, Convidado, Empregado ou Prestador de Serviço, do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, quando se deslocar para outro Estado ou País, a serviço ou interesse do Conselho.

§ 1º As despesas referentes ao deslocamento, bem como a hospedagem, são providas pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06, de acordo com procedimentos legais.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento ocorrer por veículo próprio, a quilometragem será paga tomando por referência a tabela de distância entre cidades adotada pelo CRP-6ª Região e será necessário acrescentar ao relatório de atividades os bilhetes de pedágio.

§ 3º A Diária será efetivada mediante preenchimento do Relatório de Atividades, providenciado pelo corpo administrativo do Conselho, com a descrição detalhada da atividade e anexando o respectivo bilhete aéreo ou rodoviário.

Art. 2º - O valor das diárias é determinado em função da atividade ser nacional ou internacional e de acordo com sua duração.

§ 1º – Os valores de que trata o *caput* deste artigo são atribuídos de acordo com a classificação que se apresenta no Anexo I da presente Resolução, para ressarcir despesas de:

I – Conselheiros, comissão gestora e convidados, pela participação em evento fora do País, computadas pela soma dos dias e fração de efetiva participação e deslocamentos, conforme (Padrão I);

II – Conselheiros, comissão gestora e convidados, pela participação em evento com duração de apenas um dia e/ou fração, com deslocamento para outro Estado conforme (Padrão II);

III – Conselheiros, comissão gestora e convidados, pela participação em evento com duração de 2 ou mais dias, com deslocamento para outro Estado, computados por dia e fração de efetiva participação, conforme (Padrão III);

IV – Empregados ou prestadores de serviço, quando em viagem para outros Estados, computados os dias e frações de trabalho, incluindo os deslocamentos, conforme (Padrão IV).

§ 2º. – As frações a que se referem os incisos do parágrafo anterior são consideradas como meia diária, tomando por base o bilhete aéreo ou de ônibus, sendo o período de deslocamento definido de acordo com a duração da atividade.

I – Quando da ida, se o deslocamento ocorrer no turno da manhã ou da tarde, o beneficiado faz jus a 1 (uma) diária e, se ocorrer no turno da noite, a meia diária;

II – Quando do retorno, se o deslocamento ocorrer no turno da tarde ou da noite o beneficiado faz jus a 01 (uma) diária e, se ocorrer no turno da manhã, a meia diária.

Ajuda de Custo

Art. 3º - Entende-se como ajuda de custo, o valor pago a título de ressarcimento de despesas com transporte urbano, estacionamento e alimentação devido aos Conselheiros, Membros de Comissão Gestora e Convidados, quando participarem de atividades internas ou externas a serviço do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região no Estado de sua residência.

§ 1º – As despesas referentes a deslocamento e hospedagem entre municípios do mesmo Estado, são providas pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06.

§ 2º Nos casos em que o deslocamento entre municípios ocorrer por veículo próprio, a quilometragem será paga tomando por referência a tabela de distância entre cidades adotada pelo CRP-6ª Região e os cupons de pedágio devem ser apresentados junto ao relatório de atividades para que se proceda o ressarcimento.

§ 3º A ajuda de custo é efetivada mediante o preenchimento do Relatório Padrão de Atividades.

§ 4º - A execução da ajuda de custo não está definida por horas despendidas. Casos em que o Conselheiro e/ou Membro de Comissão Gestora e/ou Convidado exercer mais de uma atividade no dia, será praticada uma única ajuda de custo, considerando o previsto no Art. 7º desta Resolução.

Art. 4º As ajudas de custo serão pagas para ressarcimento de despesas em função de atividades de rotina permanente do CRP-6ª Região obedecendo-se os seguintes critérios:

§ 1º Será paga até 01 (uma) ajuda de custo por semana por atividades executadas pelos membros das Comissões Permanentes (Orientação, Ética, Registro de Especialistas, Direitos Humanos e Comissões Gestoras).

§ 2º Os participantes das Comissões Gestoras, não Conselheiros, terão direito a até 2 (duas) ajudas de custo por semana. Em casos que os membros das Comissões Gestoras, tanto Conselheiro como não Conselheiro, se deslocarem do município de sua residência para o município da subsede em quantidade superior a 2 (duas) vezes por semana, haverá o reembolso do transporte (ônibus e/ou quilometragem) e do pedágio, mediante preenchimento do relatório de atividades realizadas. Para qualquer outra forma de deslocamento deverá haver aprovação prévia da Diretoria.

§ 3º Serão pagas até 2 ajudas de custo por semana para os coordenadores das Comissões Permanentes citadas no parágrafo primeiro deste artigo e para membros da Diretoria, a título de ressarcimento de despesas por atividades realizadas.

§ 4º Será paga uma (1) ajuda de custo por participação de conselheiro em Reunião Plenária.

§ 5º Será paga uma (1) ajuda de custo por participação de conselheiro e/ou gestor em Fórum de Gestores.

§ 6º Serão pagas ajudas de custo para participantes da Comissão de Auditoria e Controle Interno por atividades realizadas, no limite de uma (1) ajuda de custo por mês.

§ 7º Os Conselheiros, Membros de Comissão e Psicólogos Convidados, solicitados pela Comissão de Ética para atividades de oitiva terão direito a Ajudas de Custo na quantidade suficiente para concluir as demandas pontuadas.

§ 8º Os Conselheiros, Membros de Comissão e Psicólogos Convidados, solicitados a realizarem atividades de fiscalização terão direito a Ajudas de Custo na quantidade suficiente para concluir as demandas pontuadas.

§ 9º No caso de fiscalização realizada por psicólogo convidado que tenha vínculo com o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região através de Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato de Prestação Temporária de Serviço, caberá ao Conselho o provimento do transporte urbano e/ou intermunicipal e hospedagem se houver, não cabendo ajuda de custo.

§ 10 Os Membros (Conselheiros e/ou Convidados) de Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho e Núcleos de Saúde aprovados em Plenária terão direito a até 01 (uma) ajuda de custo por semana em função de atividades realizadas.

§ 11 Os participantes da Comissão Regional Eleitoral e suas Subcomissões terão direito a até 02 (duas) ajudas de custos por semana a partir do momento do efetivo início dos trabalhos. Durante a semana em que antecede a eleição serão pagas até 4 ajudas por semana. Após a eleição volta-se ao critério inicial.

Art. 5º Serão pagas ajudas de custo para ressarcimento de despesas em função de representação do CRP-6ª Região, obedecendo-se os seguintes critérios:

§ 1º Para representação em Órgãos de Controle Social será paga 01 (uma) ajuda de custo por mês, devendo ser definidos em plenária os espaços de controle social ocupados pelo CRP-6ª Região e seus respectivos representantes.

§ 2º Será paga 01 (uma) ajuda de custo por representação do CRP-6ª Região realizada por Conselheiro, Membro de Comissão Gestora ou Convidado em atividade solicitada por outra entidade. Neste caso deverá haver a solicitação da entidade por escrito, cabendo a aprovação à Diretoria, Comissão Gestora ou Plenária.

§ 3º Será paga 01 (uma) ajuda de custo por representação do CRP-6ª Região realizada por Conselheiro, Membro de Comissão Gestora ou Convidado, em atividade externa, em função de decisão de Plenária, Diretoria ou Comissão Gestora (em âmbito regional) acerca da necessidade do Conselho se representar na mesma.

Art. 6º - As ajudas de custo serão pagas na forma que se apresenta no Anexo I da presente Resolução, nas modalidades seguintes:

I – pela participação em ações do Conselho com deslocamento entre municípios dentro do Estado, com distância superior a 50 (cinquenta) quilômetros: *Padrão A*.

II – pela participação em ações do Conselho, dentro do município de residência, ou quando houver deslocamento entre municípios com distância de até 50 (cinquenta) quilômetros: *Padrão B*.

Art. 7º - Caso o Conselheiro, Gestor, Convidado, Empregado (só diária) ou Prestadores de Serviços, tenham gastos que ultrapassem o valor da diária ou ajuda de custo podem solicitar ressarcimento das despesas excedentes, mediante a apresentação de todos os documentos comprobatórios, Nota Fiscal ou Recibo, à Diretoria para aprovação e trâmites necessários.

Art. 8º - As despesas de locomoção e pedágio, quando utilizado veículo próprio, são reembolsadas pelo CRP-6ª Região conforme Anexo I da presente Resolução.

Jeton

Art. 9º - Jeton é a gratificação simbólica paga a Conselheiro Efetivo pela sua participação em sessão Plenária do CRP-6ª Região. O valor do Jeton é estabelecido pelo Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06, e não poderá exceder o valor estabelecido pelo Conselho Federal de Psicologia.

Art. 10 - O Jeton será pago na forma como se apresenta no Anexo I desta Resolução.

Processo Financeiro

Art. 11 - O Departamento Financeiro somente poderá processar os pagamentos de Jeton, Diária, e Ajuda de Custo mediante o recebimento dos Relatórios Padrão de Atividade devidamente preenchidos.

I – Os Relatórios Padrão de Atividade deverão ser encaminhados ao Departamento Financeiro em até 10 (dez) dias a partir da realização da atividade.

II – O Departamento Financeiro deverá enviar, até o 10º. (décimo) dia útil, a cada Conselheiro, Membro de Comissão Gestora ou Convidado um extrato detalhado informando os valores pagos em cada mês.

Art. 12 - Os valores que constam no Anexo I desta Resolução serão reajustados anualmente no mês Setembro, de acordo com o índice ICV (Índice do Custo de Vida).

Art. 13 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Paulo, 17 de setembro de 2007.

MARIA DA GRAÇA MARCHINA GONÇALVES

Presidente do CRP-6ª Região

ANEXO I DA RESOLUÇÃO CRP N.º. 001/02
DE 16 DE FEVEREIRO DE 2002

COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1156º DE 30/01/2004
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1169º DE 07/05/2004
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA PLENÁRIA 1335º DE 11/08/2007
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 079/08, DE 16/09/2008
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 084/09, DE 1.º./09/2009
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 067/10, DE 20/09/2010
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 042/11, DE 14/09/2011
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 044/12, DE 17/09/2012
COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS CONF. MEMO ADP N.º 037/13, DE 16/09/2013

DIÁRIAS	VALOR
PADRÃO I (viagem ao exterior)	US\$ 120,00
PADRÃO II (viagens de um dia e fração)	R\$ 306,00
PADRÃO III (viagens de dois dias ou mais)	R\$ 205,00
PADRÃO IV (empregados e prestadores de serviços)	R\$ 173,00
AJUDA DE CUSTO	VALOR
PADRÃO A	R\$ 144,00
PADRÃO B	R\$ 73,00
JETON	VALOR
Valor por plenária para Conselheiro Efetivo	R\$ 173,00
REEMBOLSO POR QUILÔMETRO RODADO	R\$ 0,87

3.4. Demonstração da atuação da unidade de Auditoria Interna

Não se aplica

3.5. Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correções:

Não se aplica

3. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. Demonstração da Receita

a) Origens da receitas

Receitas de Contribuição:

É decorrente de arrecadação de anuidades de psicólogos e das entidades de Pessoas Jurídicas que prestam serviços na área de Psicólogo.

Receitas Patrimoniais:

É decorrente de Aplicações Financeiras em CDB\RDB e rendimentos sobre poupanças aplicadas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal respectivamente.

Receitas de Serviços:

É decorrente de arrecadação de emolumentos com inscrições de pessoas físicas e jurídicas, emolumentos com expedição de carteiras profissionais dos psicólogos e substituição ou 2ª via de Carteiras Profissionais.

Outras Receitas Corrente:

É decorrente de taxas, multas e juros sobre anuidades, dívida ativa em fase administrativas e dívida ativa em fase executiva.

b) Previsão e arrecadação por natureza, justificando eventuais oscilações significativas.

ARRECADAÇÃO POR NATUREZA	ORÇADO	EFETIVA	VARIAÇÃO
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
<i>Anuidades Pessoa Física</i>	24.243.587,04	18.637.597,30	-23,12%
<i>Anuidades Pessoa Jurídicas</i>	1.605.000,00	583.064,61	-63,67%
<i>Fundo de Seções Estaduais</i>	417.039,63	337.223,19	-19,14%
	26.265.626,67	19.557.885,10	-25,54%
RECEITAS PATRIMONIAIS			
<i>Juros sobre Poupança e Aplicação Financeira em CDB/CDB</i>	1.240.000,00	1.125.569,72	-9,23%
<i>Mala Direta em Anúncios</i>	108.000,00	15.566,92	-85,59%
	1.348.000,00	1.141.136,64	-15,35%
RECEITAS DE SERVIÇOS			
<i>Taxas com Inscrição Pessoa Física</i>	153.506,08	164.219,22	6,98%
<i>Taxas com Inscrição Pessoa Jurídica</i>	87.500,00	5.232,54	-94,02%
<i>Expedição de Carteiras e ou 2ª Via de Carteiras P.F</i>	13.000,00	34.446,52	164,97%
	254.006,08	203.898,28	-19,73%

ARRECADAÇÃO POR NATUREZA	ORÇADO	EFETIVA	VARIAÇÃO
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
<i>Multa eleitoral</i>	70,00	4,86	-93,06%
<i>Dívida em Fase Administrativa</i>	6.855.546,43	2.436.441,59	-64,46%
<i>Dívida em Fase Executada</i>	3.788.977,69	60.795,77	-98,40%
<i>Juros e multas s/ Anuidades</i>	435.256,40	644.792,12	48,14%
<i>Anuidades de Exercícios Anteriores</i>	955.266,87	71.873,79	-92,48%
<i>Indenização e Restituições</i>	-	206.972,84	-
	12.035.117,39	3.420.880,97	-71,58%
TOTAL GERAL	39.902.750,14	24.323.800,99	-39,04%

As variações são consideradas normais principalmente com relação a contribuição onde a inadimplência se matem historicamente entre 19% a 21%.

4.1. Demonstração da Receita

c) Forma de partilha da receita entre CFP e Regional.

A partilha de arrecadação se dá através de:

	NOMENCLATURA	VALOR REPASSADO PARA CFP
20%	Cota Parte	4.525.012,90
5%	Conta Contribuição	1.131.253,35
R\$ 4,53	Fundo de Seções Estaduais	356.813,04
Valor total repassado para CFP		6.013.079,29

Os são valores debitados e transferidos ao CFP quando do pagamento do carnê

4.2. Demonstração e análise do desempenho da entidade na execução orçamentária e financeira

a) Comparação entre os dois últimos exercícios;

	2013	2012	Variação
Superávit Financeiro	11.493.017,24	10.973.733,34	519.283,90
Ativo Financeiro	11.654.108,20	11.073.187,04	580.921,16
Passivo Financeiro	948.404,38	545.201,55	403.202,83

O rígido controle orçamentário propiciou uma melhor posição financeira de 2012 para 2013

b) Programação orçamentária das despesas correntes e de capital;

	EXERCÍCIO 2013		
	ORÇADO	EXECUTADO	%
Despesas Correntes	24.639.157,80	23.053.153,04	-7%
Despesas de Capital	12.200.180,00	1.091.695,72	-1018%
TOTAL	36.839.337,80	24.144.848,76	-53%

EXERCÍCIO 2012			
	ORÇADO	EXECUTADO	%
Despesas Correntes	22.418.763,90	22.406.759,47	-0,05%
Despesas de Capital	12.197.900,00	361.494,82	-3274%
TOTAL	34.616.663,90	22.768.254,29	-52%

O Orçamento das despesas correntes em 2013 em relação a 2012 é basicamente o aumento da folha de pagamento por correção de salários em 22% acima da orçada conforme TST.

O aumento das Despesas de Capital é decorrente da conclusão do prédio da Susebede de Ribeirão Preto em R\$ 927.598,00.

c) Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elemento de despesa.

O CRP-06 possui Plano de Contas adaptado à realidade da autarquia. Este Plano de Contas segue, com modificações, o modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP – conforme Portaria nº 751 de 16 de dezembro de 2.009 da Secretária do Tesouro Nacional. Não nos utilizamos de Funções e Programas para lançamento das despesas, sejam estas despesas correntes ou de capital.

Para conhecimento, demonstramos a seguir quadros da execução da despesa para os Exercícios de 2.012 e 2.013. Nestes quadros o valor da despesa está alocado pela modalidade de licitação utilizada e pelo grupo de despesa:

EXERCÍCIO: 2013	MODALIDADE LICITAÇÃO	Concorrência	Tomada de Preços	Convite	Dispensa	Inexibibilidade	Pregão	Legislação não aplicável	TOTAL
ELEMENTOS DE DESPESAS	Natureza: Custeio								
6.2.2.1.1.01.01	Pessoal e Encargos Sociais							8.011.321,08	8.011.321,08
6.2.2.1.1.04.01.001	Vale Transporte	82.431,77							82.431,77
6.2.2.1.1.04.01.002	Vale Refeição	635.817,79							635.817,79
6.2.2.1.1.04.01.003	Assistência Médica/Odontológica			490.727,40					490.727,40
6.2.2.1.1.04.01.007	Cesta Básica	640.268,47							640.268,47
6.2.2.1.1.04.02.003	Cursos Reciclagem, Avaliação, Desempenho			39.900,00	7.230,50				47.130,50
6.2.2.1.1.01.04.03.001	Material de Consumo				327.858,17	43.029,23			370.887,40
6.2.2.1.1.01.04.03.004	Serviços Terceiros-Pessoa Física							2.283,65	2.283,65
6.2.2.1.1.01.04.03.006	Diárias, Ajudas de Custo e Jetons							995.440,15	995.440,15
6.2.2.1.1.01.04.03.008	Hospedagens e Alimentação	199.056,37							199.056,37
6.2.2.1.1.01.04.03.009	Despesas com Locomoção	310.591,99		10.800,00					321.391,99
6.2.2.1.1.01.04.04	Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas				958.772,18	158.328,27		776.072,75	1.893.173,20
6.2.2.1.1.01.04.04.003	Serviços de Assessoria Jurídica	296.243,62							296.243,62
6.2.2.1.1.01.04.04.005	Serviços de Informática					207.468,53			207.468,53
6.2.2.1.1.01.04.04.014	Servs. Tradução/Transcrição			38.594,00					38.594,00

6.2.2.1.1.01.04.04.042	Impressos Gráficos			92.101,82					92.101,82
6.2.2.1.1.01.04.04.056	Servs. de Transportes			10.800,00	181.414,19				192.214,19
6.2.2.1.1.01.04.04.067	Produção Gráfica de Jornais	309.218,52							309.218,52
6.2.2.1.1.01.04.04.078	Servs. de Limpeza	386.607,40		27.541,68		21.540,73			435.689,81
6.2.2.1.1.01.04.04.080	Servs. de Postagem Adm.			360.686,40					360.686,40
6.2.2.1.1.01.04.04.083	Servs. de Segurança	148.147,20			44.452,83				192.600,03
6.2.2.1.1.01.04.04.084	Servs. Temporários			798.552,83					798.552,83
Tributárias e Contributivas									
6.2.2.1.1.01.04.05.001.005	Taxas Judiciais e Outros						19.837,28		19.837,28
6.2.2.1.1.01.04.05.001.006	I.P.T.U.						3.507,52		3.507,52
Serviços Bancários									
6.2.2.1.1.01.04.07.001	Taxa sobre Serviços Bancários						403.429,43		403.429,43
Natureza: Transferências correntes									
6.2.2.1.1.01.04.08.002	Fundo de Seções Estaduais						356.813,04		356.813,04
6.2.2.1.1.01.04.08.003	Cota Parte						4.525.012,90		4.525.012,90
6.2.2.1.1.01.04.08.004	Contribuições a Conta Divulgação						1.131.253,35		1.131.253,35
Natureza: Investimentos									
6.2.2.1.1.02.01.01.001	Obras e Instalações em Andamento	881.931,18							881.931,18
6.2.2.1.1.02.01.03.011	Equipamentos de Informática				40.290,85	4.363,99			44.654,84
6.2.2.1.1.02.01.03.012	Mobiliário em Geral e Utens.				13.505,27	3.542,90			17.048,17
6.2.2.1.1.02.01.03.013	Máquinas e Motores, Equip.	101.312,00			41.516,16	2.687,61			145.515,77
6.2.2.1.1.02.01.05.002	Aquis. Progr. de Informática (Software)					2.545,76			2.545,76
Natureza: Inversões									
	Imóveis								
TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO		805.891,98	1.827.216,30	1.339.076,73	1.607.809,65	443.507,02	-	8.213.650,07	24.144.848,76

EXERCÍCIO: 2012	MODALIDADE LICITAÇÃO	Concorrência	Tomada de Preços	Convite	Dispensa	Inexibilidade	Pregão	Legislação não aplicável	TOTAL
ELEMENTOS DE DESPESAS	Natureza: Custeio								
6.2.2.1.1.01.01	Pessoal e Encargos Sociais							7.034.524,02	7.034.524,02
6.2.2.1.1.04.01.001	Vale Transporte	83.576,09							83.576,09
6.2.2.1.1.04.01.002	Vale Refeição	589.014,12							589.014,12
6.2.2.1.1.04.01.003	Assistência Médica/Odontológica			555.650,69					555.650,69
6.2.2.1.1.04.01.007	Cesta Básica	554.366,92							554.366,92
6.2.2.1.1.01.04.03.001	Material de Consumo				353.160,20	101.431,55			454.591,75
6.2.2.1.1.01.04.03.004	Serviços Terceiros-Pessoa Física						53.529,89		53.529,89
6.2.2.1.1.01.04.03.006	Diárias, Ajudas de Custo e Jetons						1.038.711,44		1.038.711,44
6.2.2.1.1.01.04.03.008	Hospedagens e Alimentação	245.764,40							245.764,40
6.2.2.1.1.01.04.03.009	Despesas com Locomoção	406.653,61		10.800,00					417.453,61
6.2.2.1.1.01.04.04	Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas				1.349.167,06	858.213,22		359.878,07	2.567.258,35
6.2.2.1.1.01.04.04.003	Serviços de Assessoria Jurídica	296.243,62							296.243,62

6.2.2.1.1.01.04.04.005	Serviços de Informática					317.584,86			317.584,86
6.2.2.1.1.01.04.04.014	Servs. Tradução/Transcrição			4.860,00					4.860,00
6.2.2.1.1.01.04.04.042	Impressos Gráficos			182.425,33					182.425,33
6.2.2.1.1.01.04.04.056	Servs. de Transportes			10.800,00	268.469,82				279.269,82
6.2.2.1.1.01.04.04.067	Produção Gráfica de Jornais			171.941,70					171.941,70
6.2.2.1.1.01.04.04.078	Servs. de Limpeza			258.961,60					258.961,60
6.2.2.1.1.01.04.04.080	Servs. de Postagem Adm.			508.307,13					508.307,13
6.2.2.1.1.01.04.04.083	Servs. de Segurança	179.144,19							179.144,19
6.2.2.1.1.01.04.04.084	Servs. Temporários			788.616,39					788.616,39
	Tributárias e Contributivas								
6.2.2.1.1.01.04.05.001.005	Taxas Judiciais e Outros							37.023,02	37.023,02
6.2.2.1.1.01.04.05.001.006	I.P.T.U.							2.283,07	2.283,07
	Serviços Bancários								
6.2.2.1.1.01.04.07.001	Taxa sobre Serviços Bancários							432.695,35	432.695,35
	Natureza: Transferências correntes								
6.2.2.1.1.01.04.08.002	Fundo de Seções Estaduais							287.215,72	287.215,72
6.2.2.1.1.01.04.08.003	Cota Parte							4.052.596,68	4.052.596,68
6.2.2.1.1.01.04.08.004	Contribuições a Conta Divulgação							1.013.149,71	1.013.149,71
	Natureza: Investimentos								
6.2.2.1.1.02.01.03.011	Equipamentos de Informática				129.518,46				129.518,46
6.2.2.1.1.02.01.03.012	Mobiliário em Geral e Utens.	126.200,05							126.200,05
6.2.2.1.1.02.01.03.013	Máquinas e Motores, Equip.				41.556,26				41.556,26
6.2.2.1.1.02.01.05.002	Aquis. Progr. de Informática (Software)					64.220,05			64.220,05
	Natureza: Inversões								
	Imóveis								
...	TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO	1.127.805,82	126.200,05	1.936.712,15	2.141.871,80	1.341.449,68	-	7.277.082,95	22.768.254,29

4.3. Informações sobre as transferências dos recursos realizadas no exercício de referência**Comparativo dos repasses entre os dois últimos exercícios**

	NOMENCLATURA	VALOR REPASSADO PARA CFP EM 2013	VALOR REPASSADO PARA CFP EM 2012	VARIAÇÃO DOS REPASSES
20%	Cota Parte	4.525.012,90	4.052.596,68	11,66%
5%	Conta Contribuição	1.131.253,35	1.013.149,71	11,66%
R\$ 4,53	Fundo de Seções Estaduais 2013	356.813,04		24,23%
R\$ 4,08	Fundo de Seções Estaduais 2012		287.215,72	
Valor total repassado para CFP		6.013.079,29	5.352.962,11	12,33%

A tabela acima demonstra os valores repassados ao CFP com um aumento de 12,33% comparando os exercícios citados.

4. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal da entidade

a) Demonstração da força de trabalho

Posição até 31/12/2013		
Estrutura de Cargo	Quantidade	Escolaridade
Analista de Suporte Web	1	Superior
Assessor Técnico	1	Superior
Assistente de Administração	63	Médio
Assistente Técnico	21	Superior
Assistente Técnico de RH	1	Superior
Atendente	4	Médio
Auxiliar Administrativo	3	Médio
Bibliotecário	1	Superior
Coordenador	1	Superior
Coordenador de Comunicação	1	Superior
Coordenador de Secretária	1	Superior
Coordenador Técnico	2	Superior
Designer Gráfico	1	Médio
Gerente	1	Superior
Serviços Gerais	4	Fundamental
Supervisor	5	Superior
Suporte Operacional	7	Fundamental
Estagiários	5	
Jovens Aprendizizes	5	
Temporários	8	

b) Processo de ingresso de funcionários na entidade

As admissões são através de concurso público, com exceção aos Coordenadores Técnicos e Assessor Técnico que são cargos em comissão.

c) **Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargo, idade e nível de escolaridade**

Estrutura de Cargo	Quantidade	Escolaridade	Idade
Analista de Suporte Web	1	Superior	Até 50 anos
Assessor Técnico	1	Superior	Até 50 anos
Assistente de Administração	63	Médio	Até 70 anos
Assistente Técnico	21	Superior	Até 70 anos
Assistente Técnico de RH	1	Superior	Até 70 anos
Atendente	4	Médio	Até 50 anos
Auxiliar Administrativo	3	Médio	Até 70 anos
Bibliotecário	1	Superior	Até 50 anos
Coordenador	1	Superior	Até 70 anos
Coordenador de Comunicação	1	Superior	Até 50 anos
Coordenador de Secretária	1	Superior	Até 50 anos
Coordenador Técnico	2	Superior	Até 60 anos
Designer Gráfico	1	Médio	Até 50 anos
Gerente	1	Superior	Até 70 anos
Serviços Gerais	4	Fundamental	Até 70 anos
Supervisor	5	Superior	Até 70 anos
Suporte Operacional	7	Fundamental	Até 70 anos

6. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

6.1. Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU

Não há nenhuma orientação ou determinação direta do TCU para o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, Porém este Conselho busca sempre seguir acórdãos emitidos pelo TCU aplicado aos Conselhos de fiscalização. Nossa atualização e informação se dá através de consultas constantes ao sitio www.tcu.gov.br.

6.2. Tratamento das recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a entidade se vincula, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento.

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região não possui órgão de controle interno, porém possui uma Comissão de Auditoria e Controle Interno criado pela Portaria CRP 06 n.º 31 de 21.11.01, onde esta Comissão composta por três Conselheiros que encarrega-se Anualmente de revisar a Prestação de Contas, suas eventuais recomendações são seguidos pela Administração.

6.3. Tratamento das recomendações feitas pela auditoria interna ou por força de normativo tenha competência para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária ou operacional, apresentando as justificativas para os casos de não cumprimento.

O CRP-06 é auditado por Auditoria Independente contratadas pelo CFP as observações e ou recomendações dos mesmos. São aplicados e comprovados em relatório resposta enviado ao CFP. As demonstrações de 31.12.13 ainda não foram auditadas.

7. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Em face desse processo de evolução da contabilidade, a STN emitiu Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Portaria 828/2011 da STN, em seu artigo 6º, estipulou que os entes da Federação deverão adotar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes do Manual da STN – Parte II – gradualmente a partir do exercício de 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2014.

Em face de o anteriormente exposto, este Conselho iniciou o processo de convergência, a partir de Janeiro/2012, em alinhamento com os preceitos dos Manuais da STN.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T.16), os Manuais de Contabilidade da STN Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Normas e Procedimentos, Administrativos, Financeiros e Contábeis instituídos pela Resolução CFP 010/2007.

7.2.Demonstrações Contábeis.

CRP/SP

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP-06

CNPJ: 37.115.433/0001-00

Balanco Patrimonial

Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

Período Anterior: 01/01/2012 à 31/12/2012

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	11.810.019,67	11.194.250,59	PASSIVO CIRCULANTE	946.726,44	545.201,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	11.493.017,24	10.973.733,34	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	5.328,42
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	160.646,42	99.453,70	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	32.857,13
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	33.998,02	27.124,95
ESTOQUES	156.355,51	121.063,55	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	59.682,63	49.176,61
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	16.768.212,98	16.093.349,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	853.045,79	430.714,44
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.817.096,19	11.815.418,25	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.677,94	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	11.815.418,25	11.815.418,25	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	1.677,94	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	4.848.872,72	4.162.514,10	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	2.300.019,97	2.027.031,67	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.677,94	0,00
BENS IMÓVEIS	5.760.459,59	4.878.528,41	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	3.211.606,84C	2.743.045,98C		0,00	0,00
INTANGÍVEL	102.244,07	115.417,55		0,00	0,00
SOFTWARES	117.963,31	115.417,55		0,00	0,00
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	15.719,24C	0,00		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	948.404,38	545.201,55
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior

Página:1/2

1-1-10

CRP/SP

Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

Período Anterior: 01/01/2012 à 31/12/2012

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	27.629.828,27	26.742.398,92
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.629.828,27	26.742.398,92
TOTAL	28.578.232,65	27.287.600,49	TOTAL	28.578.232,65	27.287.600,47

ATIVO FINANCEIRO	11.654.108,20	11.073.187,04	PASSIVO FINANCEIRO	948.404,38	545.201,55
ATIVO PERMANENTE	16.924.124,45	16.214.413,45	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				27.629.828,27	26.742.398,94

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2013

[Assinatura]
 Elisa Zaneratto Rosa -
 Conselheira Presidenta
 261.788.748-04

[Assinatura]
 Adriana Eiko Matsumoto
 Conselheira Tesoureira
 263.985.108-01

[Assinatura]
 Mano Ramalho Corrêa
 Supervisor Interino Contábil
 CRC: 1SP183871/0-5
 113.003.978-10

Impresso em: 05/03/2014

Página:2/2

CRP/SP

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP-06
CNPJ: 37.115.433/0001-00

Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

Balço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	24.323.800,99	21.823.728,31	Despesa Orçamentária	24.144.848,76	22.768.254,29
RECEITA REALIZADA	24.323.800,99	21.823.728,31	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	24.144.848,76	22.768.254,29
RECEITA CORRENTE	24.323.800,99	21.823.728,31	DESPESA CORRENTE	23.053.153,04	22.406.759,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.629.758,89	19.491.577,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.892.863,22	6.904.312,30
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	18.709.471,09	18.838.791,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.160.289,82	15.502.447,17
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	18.637.597,30	17.018.360,60	DESPESA DE CAPITAL	1.091.695,72	361.494,82
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	71.873,79	1.820.430,72	INVESTIMENTOS	1.091.695,72	361.494,82
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	583.064,61	367.777,51	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	583.064,61	367.777,51			
FUNDO DE SEÇÕES	337.223,19	285.008,34			
FUNDO DE SEÇÕES ESTADUAIS DO EXERCÍCIO	337.223,19	285.008,34			
RECEITA DE SERVIÇOS	219.465,20	235.686,12			
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	169.451,76	168.065,26			
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	34.446,52	27.272,82			
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	15.566,92	40.348,04			
FINANCEIRAS	1.125.574,58	1.206.610,06			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.125.574,58	1.206.610,06			
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	4,86	8,19			

Página:1/2


CRP/SP


Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.125.569,72	1.206.601,87			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.349.002,32	889.854,96			
DÍVIDA ATIVA	2.497.237,36	186.090,04			
MULTAS DE INFRAÇÕES	644.792,12	682.347,62			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	206.972,84	21.417,30			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	37.861.600,23	34.323.470,31	Pagamentos Extraorçamentários	37.521.268,56	34.052.991,15
Saldo em espécie do Exercício Anterior	10.973.733,34	11.647.780,16	Saldo em espécie do Exercício Seguinte	11.493.017,24	10.973.733,34
Total:	73.159.134,56	67.794.978,78		73.159.134,56	67.794.978,78

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2013


Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Presidenta
261.788.748-04


Adriana Eiko Matsumoto
Conselheira Tesoureira
263.985.108-01


Mário Rômulo Corrêa
Supervisor Interno Contábil
CRC: 1SP183871/0-6
113.003.978-10

CRP/SP

Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região CRP-06
CNPJ: 37.115.433/0001-00

Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

Balço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	39.902.750,14	39.902.750,14	24.323.800,99	15.578.949,15
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.220.893,54	27.031.815,70	19.629.758,89	7.402.056,81
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	25.098.853,91	24.936.935,73	18.709.471,09	6.227.464,64
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	24.243.587,04	24.081.668,86	18.637.597,30	5.444.071,56
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	855.266,87	855.266,87	71.873,79	783.393,08
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	1.705.000,00	1.677.840,34	583.064,61	1.094.775,73
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.605.000,00	1.577.840,34	583.064,61	994.775,73
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO ANTERIOR	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
FUNDO DE SEÇÕES ESTADUAIS	417.039,63	417.039,63	337.223,19	79.816,44
FUNDO DE SEÇÕES ESTADUAIS DO EXERCÍCIO	417.039,63	417.039,63	337.223,19	79.816,44
RECEITA DE SERVIÇOS	362.006,08	394.165,74	219.465,20	174.700,54
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	241.006,08	251.719,22	169.451,76	82.267,46
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	13.000,00	34.446,52	34.446,52	0,00
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	108.000,00	108.000,00	15.566,92	92.433,08
FINANCEIRAS	1.240.000,00	1.240.000,00	1.125.569,72	114.430,28
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.240.000,00	1.240.000,00	1.125.569,72	114.430,28

Página:1/3

CRP/SP

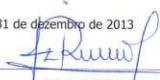
Período: 01/01/2013 à 31/12/2013

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.240.000,00	1.240.000,00	1.125.569,72	114.430,28		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.079.850,52	11.236.768,70	3.349.007,18	7.887.761,52		
DÍVIDA ATIVA	10.644.524,12	10.384.933,74	2.497.237,36	7.887.696,38		
MULTAS DE INFRAÇÕES	405.326,40	644.862,12	644.796,98	65,14		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	206.972,84	206.972,84	0,00		
RECEITA DE CAPITAL	11.520.000,00	11.520.000,00	0,00	11.520.000,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	11.520.000,00	11.520.000,00	0,00	11.520.000,00		
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	11.520.000,00	11.520.000,00	0,00	11.520.000,00		
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	51.422.750,14	51.422.750,14	24.323.800,99	27.098.949,15		
DÉFICIT	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL	51.422.750,14	51.422.750,14	24.323.800,99	27.098.949,15		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL - DESPESA CORRENTE	24.639.157,80	29.425.357,80	23.053.153,04	23.053.153,04	22.760.920,21	6.372.204,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.741.184,03	10.139.184,03	7.892.863,22	7.892.863,22	7.723.030,49	2.246.320,81
REMUNERAÇÃO PESSOAL	7.341.653,92	8.219.653,92	5.988.031,72	5.988.031,72	5.988.031,72	2.231.622,20
ENCARGOS PATRONAIS	1.399.530,11	1.919.530,11	1.904.831,50	1.904.831,50	1.734.998,77	14.698,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.897.973,77	19.286.173,77	15.160.289,82	15.160.289,82	15.037.889,72	4.125.883,95
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.201.175,08	2.012.375,08	1.849.245,43	1.849.245,43	1.849.245,43	163.129,65
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	205.440,49	208.440,49	165.588,36	165.588,36	165.588,36	42.852,13
USO DE BENS E SERVIÇOS	2.083.089,58	2.681.089,58	1.889.059,56	1.889.059,56	1.873.783,67	792.030,02
SERVÍCIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	5.783.628,18	7.512.628,18	4.816.542,95	4.816.542,95	4.723.884,94	2.696.085,23

Página:2/3

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	16.621,29	69.621,29	23.344,80	23.344,80	23.344,80	46.276,49
SERVIÇOS BANCÁRIOS	244.053,00	414.053,00	403.429,43	403.429,43	403.429,43	10.623,57
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.363.966,15	6.387.966,15	6.013.079,29	6.013.079,29	5.998.613,09	374.886,86
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	26.783.592,34	21.997.392,34	1.091.695,72	1.091.695,72	1.084.765,72	20.905.696,62
INVESTIMENTOS	12.200.180,00	12.350.180,00	1.091.695,72	1.091.695,72	1.084.765,72	11.258.484,28
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	0,00	1.500.000,00	881.931,18	881.931,18	881.931,18	618.068,82
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	417.080,00	567.080,00	207.218,78	207.218,78	200.288,78	359.861,22
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	11.711.800,00	10.211.800,00	0,00	0,00	0,00	10.211.800,00
INTANGÍVEL	71.300,00	71.300,00	2.545,76	2.545,76	2.545,76	68.754,24
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	14.583.412,34	9.647.212,34	0,00	0,00	0,00	9.647.212,34
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	14.583.412,34	9.647.212,34	0,00	0,00	0,00	9.647.212,34
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	51.422.750,14	51.422.750,14	24.144.848,76	24.144.848,76	23.845.685,93	27.277.901,38
SUPERÁVIT	0,00	0,00	178.952,23	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.422.750,14	51.422.750,14	24.323.800,99	24.144.848,76	23.845.685,93	27.098.949,15


São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2013



Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Presidente
261.788.748-04



Adriana Eiko Matsumoto
Conselheira Tesoureira
263.985.108-04



Mário Raulando Corrêa
Supervisor Interino Contábil
CRC: 1SP183871/0-5
113.003.978-10

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	24.323.800,99	21.823.728,31	VARIÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	23.436.371,66	25.609.025,10
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	PESSOAL E ENCARGOS	9.742.231,55	8.691.972,32
TAXAS	0,00	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.988.154,62	5.228.061,62
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	0,00	0,00	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	5.988.154,62	5.228.061,62
CONTRIBUIÇÕES	19.629.758,89	19.491.577,17	ENCARGOS PATRONAIS	1.904.831,50	1.681.302,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	19.629.758,89	19.491.577,17	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.904.831,50	1.681.302,88
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	19.629.758,89	19.491.577,17	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.849.245,43	1.782.607,82
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	219.465,20	235.686,12	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.849.245,43	1.782.607,82
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	219.465,20	235.686,12	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	165.465,46	125.159,52
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	219.465,20	235.686,12	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	165.465,46	125.159,52
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.125.569,72	1.206.601,87	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	165.465,46	125.159,52
JUROS E ENCARGOS DE MORA	4,86	8,19	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	7.062.200,25	10.909.860,93
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	4,86	8,19	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	386.746,09	494.157,41
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	1.125.569,72	1.206.601,87	CONSUMO DE MATERIAL	386.746,09	494.157,41
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.125.569,72	1.206.601,87	SERVIÇOS	6.284.050,46	7.231.907,89
OUTRAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.349.002,32	889.854,96	DIARIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	995.440,15	1.038.711,44
DIVERSAS VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.349.002,32	889.854,96	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	522.732,01	716.747,90
MULTAS ADMINISTRATIVAS	644.792,12	682.347,62	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	4.765.878,30	5.476.448,58
INDENIZAÇÕES	206.972,84	21.412,30	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	391.403,70	3.183.795,63
DÍVIDA ATIVA	2.497.237,36	186.090,04	DEPRECIACAO	375.684,46	2.835.922,47
VARIações PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	0,00	AMORTIZACAO	15.719,24	347.873,16
			VARIações PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	403.429,43	432.695,35
			JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	403.429,43	432.695,35
			OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	403.429,43	432.695,35
			TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	6.039.700,17	5.405.674,64
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.013.079,29	5.352.962,11
			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	6.013.079,29	5.352.962,11

Página:1/2

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.620,88	52.712,53
			TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	26.620,88	52.712,53
			DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	4.356,25
			PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	4.356,25
			OUTRAS PERDAS INVOLUNTARIAS	0,00	4.356,25
			TRIBUTÁRIAS	23.344,80	39.306,09
			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.344,80	39.306,09
			IMPOSTOS	23.344,80	39.306,09
Total das Variações Ativas :	24.323.800,99	21.823.728,31	Total das Variações Passivas :	23.436.371,66	25.609.025,10
			RESULTADO PATRIMONIAL		
Déficit do Exercício		3.785.296,79	Superávit do Exercício	887.429,33	
Total	24.323.800,99	25.609.025,10	Total	24.323.800,99	25.609.025,10

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2013

Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Presidenta
261.788.748-04

Adriana Eiko Matsumoto
Conselheira Tesoureira
263.985.108-01

Mário Raimundo Corrêa
Supervisor Interino Contábil
CRC: 1SP183871/0-5
113.003.978-10

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	24.323.800,99	21.823.728,31
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	19.629.758,89	19.491.577,17
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	18.709.471,09	18.838.791,32
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	18.637.597,30	17.018.360,60
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	71.873,79	1.820.430,72
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	583.064,61	367.777,51
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	583.064,61	367.777,51
FUNDO DE SEÇÕES	337.223,19	285.008,34
FUNDO DE SEÇÕES ESTADUAIS DO EXERCÍCIO	337.223,19	285.008,34
RECEITA DE SERVIÇOS	219.465,20	235.686,12
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	169.451,76	168.065,26
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	34.446,52	27.272,82
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	15.566,92	40.348,04
FINANCEIRAS	1.125.574,58	1.206.610,06
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	1.125.574,58	1.206.610,06
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	4,86	8,19
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.125.569,72	1.206.601,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.349.002,32	889.854,96
DÍVIDA ATIVA	2.497.237,36	186.090,04
MULTAS DE INFRAÇÕES	644.792,12	682.347,62
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	206.972,84	21.417,30
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	37.861.600,23	34.323.470,31
DESEMBOLSOS		
DESPESA CORRENTE	23.053.153,04	22.406.759,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.892.863,22	6.904.312,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.160.289,82	15.502.447,17
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	37.521.268,56	34.052.991,15
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.610.979,62	-312.552,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
DESPESA DE CAPITAL	1.091.695,72	361.494,82
INVESTIMENTOS	1.091.695,72	361.494,82
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.091.695,72	-361.494,82
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	519.283,90	-674.046,82

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.973.733,34	11.647.780,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	11.493.017,24	10.973.733,34

São Paulo-SP, 31 de dezembro de 2013



Elisa Zaneratto Rosa
Conselheira Presidenta
261.788.748-04



Adriana Eiko Matsumoto
Conselheira Tesoureira
263.985.108-01



Mário Raimundo Corrêa
Supervisor Interino Contábil
CRC: 1SP183871/0-5
113.003.978-10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

I – CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP-06 criado pela Lei 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, possui jurisdição em todo o Estado de São Paulo.

Na condição de Autarquia Federal, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e receitas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil. As receitas do CRP-06 constituem tributos para-fiscais e são representados por arrecadação de anuidades de pessoas físicas e jurídicas, por rendimentos de aplicações financeiras com poupança e em CDB, por recebimentos de emolumentos com inscrições e 2ª via de carteiras, dívida ativa e por fim demais receitas devidamente registradas na execução orçamentária.

2 – PROCESSOS DE CONVERGÊNCIA ÀS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.

A Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008 e o Decreto nº 6976, de 7 de outubro de 2009, estabeleceu que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve promover a busca da convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

Em face desse processo de evolução da contabilidade, a STN emitiu Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público, alinhados às Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Portaria 828/2011 da STN, em seu artigo 6º, estipulou que os entes da Federação deverão adotar os Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes do Manual da STN – Parte II – gradualmente a partir do exercício de 2012 e, integralmente, até o final do exercício de 2014.

Em face de o anteriormente exposto, este Conselho iniciou o processo de convergência, a partir de Janeiro/2012, em alinhamento com os preceitos dos Manuais da STN.

7.2. Demonstrações Contábeis

2.2 – PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.2.1 – ATIVO CIRCULANTE

a-) Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas e demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial encerrado no final do exercício;

As aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB/DI e Cadernetas de Poupança foram efetuadas junto ao Banco do Brasil.

2.2.2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Bens Móveis e Intangíveis

A partir de 2012 houve mudança na política contábil de contabilização dos Bens Móveis e Intangíveis, para introdução das contas de depreciação e amortização e adoção de valor residual, atendendo as novas Normas Contábeis.

b) Ativos Contingentes, Provisões e Passivos Contingentes.

Em alinhamento com as novas Normas Contábeis, houve mudança na contabilização das contas de: Créditos por Danos ao Patrimônio e Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas a Longo Prazo. A primeira deixou de ser considerada como um direito líquido e certo e enquadrou-se como Ativo contingente.

2.2.3 - DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T.16), os Manuais de Contabilidade da STN Aplicadas ao Setor Público e o Manual de Normas e Procedimentos, Administrativos, Financeiros e Contábeis instituídos pela Resolução CFP 010/2007.

2.2.4 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário do CRP-06 demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. No que tange as receitas são apresentadas as receitas realizadas, as previsões iniciais e atualizadas, bem como o saldo decorrente da diferença entre a previsão atualizada e as receitas realizadas. Pelo lado das despesas, o balanço evidencia as dotações iniciais e atualizadas, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, bem como o saldo decorrente da diferença entre as dotações atualizadas e os valores empenhados.

7.2. Demonstrações Contábeis

O Resultado Orçamentário, do ano de 2013 foi de R\$ 178.952,23 (Superávit), resultado este obtido através da diferença entre o total das receitas realizadas no ano de 2013 no valor de R\$ 24.323.800,99 menos o total das despesas empenhadas no ano de 2013 no valor de R\$ 24.144.848,76.

2.2.5 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios, orçamentários e extra-orçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício atual e anterior.

Em 2013, os ingressos orçamentários corresponderam à receita realizada pelo montante de R\$ 24.323.800,99 e os ingressos extraorçamentários de R\$ 37.861.600,23, que somados com o saldo em espécie do exercício anterior (R\$ 10.973.733,34), totalizara um valor de R\$ 73.159.134,56. Em contrapartida, a despesa orçamentária liquidada atingiu a cifra de R\$ 24.144.848,76 e as despesas extraorçamentárias R\$ 37.521.268,56, que somados com o saldo em espécie que passa para o exercício seguinte (R\$ 11.493.017,24) totaliza, também, R\$ 73.159.134,56. O Resultado do Balanço Financeiro deste ano de 2013, apresentou um superávit de R\$ 519.283,90.

3 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo realizável a longo prazo é composto por Créditos a Longo Prazo (Dívida Ativa), Demais Créditos a Longo Prazo (Provisões para riscos trabalhistas a longo prazo).

a-) IMOBILIZADO

O imobilizado é composto dos Bens Móveis e Imóveis, sujeitos à depreciação. E o Intangível é composto por softwares, sujeito, parcialmente à amortização.

Segue abaixo quadro consolidado dos Bens Móveis (itens 1 a 3), Bens Imóveis (4 e 6), Depreciação Acumulada de Bens Móveis (7 a 9), Depreciação Acumulada de Bens Imóveis (10 a 11), Intangíveis (12) e (13) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis.

ITENS	VALOR EM 31/12/2012	VALOR EM 31/12/2013
1. Equipamentos de Informática.	R\$ 761.841,61	R\$ 803.348,77
2. Mobiliário em Geral e Utens.	R\$ 818.205,38	R\$ 922.295,05
3. Máquinas, Motores e Apar.	R\$ 446.984,68	R\$ 574.376,15
4. Edifícios	R\$ 3.744.571,90	R\$ 3.744.571,90
5. Benfeitorias	R\$ 1.133.956,51	R\$ 1.133.956,51
6. Obras e Instalações em Andamento	0,00	R\$ 881.931,18
7. Depreciação Acumulada de Mobiliário em Geral	(R\$ 63.015,58)	(R\$ 224.203,18)
8. Depreciação Acumulada de Máquinas, Motores e Aparelhos	(R\$ 102.752,18)	(R\$ 136.565,45)
9. Depreciação Acumulada de Equipamentos de Informática	(R\$ 211.918,38)	(R\$ 298.161,61)
10. Depreciação Acumulada de	(R\$ 2.175.061,40)	(R\$ 2.318.838,23)

Edifícios		
11. Depreciação Acumulada de Benfeitorias	(190.298,80)	(R\$ 233.838,37)
TOTAL DO IMOBILIZADO	R\$ 4.162.514,10	R\$ 4.848.872,72
12. Softwares e Lic. de uso	R\$ 115.417,55	R\$ 117.963,31
13. Amortização Acumulada - Softwares	0,00	(15.719,24)
TOTAL DO INTANGÍVEL	R\$ 115.417,55	R\$ 102.244,07

a.1) - Bens Móveis

Em 2013 foi realizada a baixa de Bens Móveis no valor de R\$ 26.620,88 e as doações foram para as entidades: Associação Beneficente de Assis inscrito no CNPJ n.º 44.484.780/0001-68, Centro Espírita Nosso Lar – Casa André Luiz inscrito no CNPJ n.º 62.220.637/0014-65, Instituição Acesso Popular de Educação e Política inscrito no CNPJ n.º 08.633.089/0001-35 e para o Exército de Salvação inscrito no CNPJ n.º 54.209.481/0001-79.

Conforme atribuição da Comissão de Inventário, esses bens foram considerados inservíveis por estarem obsoletos pelo tempo de utilização, por seu estado desgastado, irrecuperável e inaproveitável nesta entidade, pois, também não há como leiloá-los, em virtude do leilão necessitar de um leiloeiro oficial cuja taxa é de 5% e os bens não possuem valores representativos que atraiam um leiloeiro.

a.1.2) – Falha na depreciação automática.

Identificamos o valor a débito na conta de depreciação, contida no balancete contábil de 31/12/2012, no valor de R\$ 92.876,40, na conta contábil 1.2.3.8.1.01.01 – (-) Depreciação Acumulada de Mobiliário em Geral sem base de suporte de cálculo, motivado por falha no Sistema “SGPatrimonio, módulo de Imobilizado, onde o cálculo de depreciação subavaliou o saldo final da conta contábil em R\$ 63.015,58, no exercício de 2013 realizamos o ajuste para adequação do saldo final da conta contábil em questão para R\$ 224.203,18.

a.1.3) – Doação

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, desde janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de depreciação é o de Cotas Constantes. A mensuração inicial ocorreu pelo valor de aquisição e foram feitos os ajustes necessários em janeiro/2013. Seguem os parâmetros obtidos com base em tabela extraída do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e que foram aplicados no CRP-06:

A) - Mobiliário

A.1) Vida útil: 10 Anos

A.2) Depreciação mensal de 10/12%

A.3) Depreciação acumulada no ano de 2013: R\$ 224.203,18

B) Máquinas e Motores

B.1) Vida útil: 10 anos

B.2) Depreciação mensal de 10/12%

B.3) Depreciação acumulada no ano de 2013: R\$ 136.565,45

C) Computadores e Periféricos

C.1) Vida útil: 5 anos

C.2) Depreciação mensal de 20/12%

C.3) Depreciação acumulada no ano de 2013: R\$ 298.161,61

D) - Bens Imóveis

Em relação aos Bens Imóveis, estes não sofreram atualização no exercício de 2013

RELAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CRP-SP 2013		
Conta:1.2.3.1.01 - Edifícios		
Local	Endereço	Valor (R\$)
São Paulo – Sede	Rua Arruda Alvim , 89 - Jd. América	1.630.571,90
Assis – Subsede de Assis	Rua Osvaldo Cruz, 47	60.000,00
Bauru – Subsede de Bauru	Rua Albino Tambara, 5 - 28	75.000,00
Campinas –Subsede de Campinas	Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1.251	110.000,00
Rib. Preto - Subsede de Rib. Preto	Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168	87.000,00
Santos - Subsede da Baixa Santista	Rua Cesário Bastos, 26	235.000,00
Santo André - Subsede Grande ABC	Rua Almirante Tamandaré, 426 quadra 33	250.000,00
S.J.Rio Preto – Subsede de S.J.R.P	Rua Coronel Spinola Castro, 22	265.000,00
Taubaté – Subsede Vale do Paraíba	Rua Nancy Guisard Kehier, 28	130.000,00
São Paulo – Subsede Metropolitana	Rua Oscar Freire, 1.800/1.8002	902.000,00
Total		3.744.571,90

E) – Bens Intangíveis

Para a adoção das novas Normas de Contabilidade Pública, a partir de janeiro de 2012, a Comissão de Inventário, adotou que o melhor método de amortização é o de cotas constantes para os bens intangíveis de vida útil definida. A mensuração dos intangíveis foram feitas pelos preços de aquisições e os valores foram reajustados em DEZ/2013.

Seguem os parâmetros de amortização e a tabela dos Intangíveis, decorrentes de avaliação procedida:

- A) Amortização Concluída no exercício de 2013: R\$ 15.719,24
- B) Vida Útil definida
- C) Vida útil: até Dez/2013
- D) Valor total Contábil Bruto em 31/12/2013: R\$ 117.963,31
- E) Amortização acumulada no ano de 2013: R\$ 15.719,24

O CRP-06 contratou seguro contra roubo, incêndio e danos para a sede e subsedes de modo a preservar o seu patrimônio em caso de ocorrência de algum sinistro será ressarcido pela Seguradora.

4) PASSIVO CIRCULANTE

O Passivo Circulante é composto por obrigações trabalhistas a pagar a curto prazo, despesas com fornecedores já liquidadas (restos a pagar processados), obrigações fiscais a curto prazo (retenções de impostos a recolher), obrigações de repartição a outros entes (cota parte a transferir ao Conselho Federal), provisões a curto prazo (provisões para férias) e demais obrigações a curto prazo (depósitos de diversas origens).

4.1) PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

O Passivo Não-Circulante é composto por provisões a longo prazo, quais sejam, riscos cíveis e trabalhistas.

4.1.2) RESULTADOS ACUMULADOS (Patrimônio Líquido)

Os Resultados acumulados (R\$ 26.742.398,94) decorrem: do Superávit do Exercício (R\$ 887.429,33), conforme o item 4.1.3 a seguir.

4.1.3) **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)**

A DVP demonstra as variações qualitativas e quantitativas ocorridas no Exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício. Em 2013, o resultado patrimonial apurado, decorrente da diferença entre as variações aumentativas e diminutivas, foi um Superávit de R\$ 887.429,33. Na DVP, as variações aumentativas somaram R\$ 24.323.800,99 e as variações diminutivas foram de R\$ 23.436.371,66.

4.1.4) **Demonstrativo de Fluxo de Caixa**

O Fluxo de Caixa demonstra os ingressos e desembolsos, recebimentos extraorçamentários e pagamentos extraorçamentários, bem como os saldos em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie do exercício, atual fluxo de caixa líquido das atividades das operações e o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos.

Em 2013, os ingressos orçamentários correspondem à receita realizada pelo montante de R\$ 24.323.800,99 e os recebimentos extraorçamentários de R\$ 37.861.600,23, que em contrapartida, os desembolsos pelo montante de R\$ 23.053.153,04 e os pagamentos extraorçamentários pelo montante de R\$ 37. 521. 268,56 liquidada.

O fluxo de caixa líquido das atividades das operações do ano de 2013 teve um saldo de R\$1.610.979,62 em contrapartida o fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos pelo saldo de R\$ 1.091.695,72, gerando assim um superávit de R\$ 519.283,90 na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício de 2013.

5-) **Reserva de Fundo de Contingência**

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região mantém como reserva de contingência no valor de R\$ 200.000,00 que está adequado para atender prováveis perdas trabalhistas e ou ações cíveis.

7.2. **Demonstrações Contábeis**

6) CONSIDERAÇÕES FINAIS

O CRP-06 é auditado periodicamente por empresa de auditoria (independente), contratada pelo Conselho Federal de Psicologia, momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Regional Psicologia – 6ª Região, bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade. O último relatório circunstanciado dos auditores independentes datado de 28 de outubro de 2013 é referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e os aspectos abordados no mencionado relatório, foram devidamente respondidos pela Diretoria atual e encaminhado ao Conselho Federal de Psicologia.

São Paulo, SP, em 31 de dezembro de 2013.

7.3. Relatório da auditoria independente

As demonstrações contábeis de 31.12.2013 ainda não foram auditadas, aguardando programação do CFP

8. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

8.1. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Consideramos relevantes os seguintes informes:

ATIVIDADES REGIMENTAIS

COMISSÃO DE ÉTICA - COE

A Comissão de Ética como órgão especial tem, principalmente, por objetivo a aplicação do Código de Ética e a observância de seu cumprimento a partir dos procedimentos previstos no Código de Processamento Disciplinar. Assim sendo, no decorrer do ano de 2.012 atuou na condução das denúncias recebidas e encaminhamento de processos da seguinte forma:

		2013
Processos Éticos	Em andamento	365
	Oitivas de partes envolvidas nos processos	84
	Julgados	44
	Arquivados	06
	Advertências	22
	Multas	0
	Censuras públicas	13
	Suspensões do exercício profissional por 30 dias	01
	Cassações de exercício profissional	01
	Plenárias éticas e de julgamento	11

COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - COF

A Comissão de Orientação e Fiscalização – COF – que tem por definição regimental manter as atividades de orientar e fiscalizar o exercício da profissão do psicólogo, realizou as seguintes atividades no decorrer do ano de 2.011.

	2.013
Fiscalizações e retornos	384
Orientações por telefone, email, presencial e por conselheiros	8.904

PLENÁRIAS ORDINÁRIAS

Plenário do CRP 06 reuni-se ordinariamente duas vezes a cada mês mediante calendário previamente estabelecido e aprovado na primeira seção do ano. Portanto, no ano de 2.013 foram realizadas 24 Plenárias Ordinárias na sede do CRP 06 com a participação de Conselheiros Efetivos e Suplentes. As respectivas atas encontram-se disponíveis na Secretaria do CRP 06. O custeio destas plenárias foi na ordem de R\$ 188.585.

O CRP 06 mantém em média a cada 2 ou 3 meses o Fórum de Gestores que é realizado na sede do Conselho contando com a presença de conselheiros efetivos, suplentes e membros das 09 comissões gestoras das subsedes. Em 2.013 foram realizados 4 reuniões com um custeio de R\$ 94.376.

Contingências

O CRP 06 mantém uma reserva financeira orçada em R\$ 200.000,00 para cobrir eventuais contingências trabalhistas e cíveis de processos ajuizados que encontram-se em fase final de julgamento e que possivelmente poderá ocorrer em perda para o Conselho, cujos valores atualizados são como seguem:

Ações Trabalhistas (17)	R\$	144.000
Ação Cível – cobrança de dívida ativa	R\$	46.000
Total	R\$	200.000